

Íntegra do discurso da conselheira Teresa Duere na posse de Carlos Porto como presidente do TCE

Senhoras e Senhores.

A cena que estamos presenciando nos parece familiar. Porém, gostaria de chamar atenção para a singularidade desse ato, contextualizando o momento nacional que estamos vivendo.

Deixa hoje a presidência desta Corte um jovem que saiu da cidade de Luiz Gomes (RN) para, com ousadia e coragem, buscar novos desafios.

Este jovem - Conselheiro Valdecy Pascoal - tem, até como vocação, o dom de abrir janelas e portas que nos permitem visões de novos caminhos. Valdecy, tenha certeza de que você não só foi um construtor nesta Casa. Foi muito mais. Com a bagagem já adquirida é construtor no Brasil, tendo comandado, de forma competente e eficaz, a ATRICON e, se não bastasse tal feito, foi aclamado para continuar no comando nacional.

Esta Casa, minhas senhoras e meus senhores, apresenta-se como exemplo quando se fala na maturidade de governança. Aqui não há disputa de poder. Há uma eleição consensuada, com vistas para o Tribunal, e com respeito à sociedade, tendo como direção o Planejamento Estratégico, que é a grande fonte dos nossos acertos.

Deixa a presidência Pascoal e quem chega é o nosso decano, Carlos Porto, que assume pela quarta vez o cargo de Presidente.

Os senhores e senhoras sabem que há homens que têm a capacidade de se reinventar e erguer novos sonhos, buscando novos desafios. Este é Carlos Porto. Homem simples da cidade de Canhotinho, construiu, ao longo do tempo, o maior patrimônio que um cidadão pode ter: o conceito de homem público probo, respeitado, solidário e competente.

Construiu, com sua grande parceira, Sônia Porto, uma vida que, em vários momentos, superou grandes dificuldades, como também conquistou grandes batalhas, junto com seus filhos Carlos, Eduardo e Roberta, seus netos, Eduardo e Cecília.

Agora, Vossa Excelência foi convocado para um novo desafio, em um contexto repleto de adversidades. Sei e tenho certeza de que Vossa Excelência é daqueles que convivem frequentemente com as inquietações que não o fazem refém das conquistas já alcançadas.

É sabido, por todos, que estamos passando por momentos de muitas turbulências, que criam um ambiente de angústia, recessão, crises e um futuro imprevisível que cabe a todos nós construir.

Há anos que estamos assistindo à fragilidade do Federalismo Brasileiro. As manifestações que

vimos, de vários segmentos, são pontuais e não demonstram o caminho certo de atacar o coração dos problemas. Denuncia-se, mostra-se reação quanto a questões periféricas da vida nacional.

Há um estudo, de Humberto Vieira de Melo, que demonstra que a concentração de recursos, na esfera nacional, só faz crescer, através dos impostos e, principalmente, quando é criada como Contribuição, pois assim não é repartida com os entes Federativos.

Decisões são tomadas, em nível nacional, que prejudicam, de forma a ferir de morte os municípios brasileiros. Exemplos disso poderemos encontrar em questões como da Previdência e da Saúde, na concessão de benefícios que estrangulam a receita dos estados e municípios. E se isso resolvesse os problemas, poderia se justificar. Mas são frutos de uma política econômica equivocada.

Dentro deste quadro, o que fica, há anos, sendo postergado, são as reformas necessárias ao País. Penso que nada disso acontece, por ser a primeira e essencial reforma: a reforma moral.

A corrupção tornou-se lugar comum e os valores humanos foram reafirmados de forma a negar a cidadania. Estamos vendo e sentindo o maior escândalo de corrupção no Brasil, e não podemos deixar de ter em mente que aqui estamos em um Tribunal fiscalizador do dinheiro público, que busca,

através da sua competência constitucional, combater essa epidemia imoral, que assola em todos os cantos do País, não só impedindo o nosso desenvolvimento do presente mas, muito pior, comprometendo as gerações do futuro. Que não fique qualquer dúvida: precisamos urgentemente tentar uma reforma ética, pois temos hoje uma ética moral combalida, para não dizer - e já dizendo - uma ausência total de ética.

O grande instrumento dessa reforma é a Educação. Mas como falar em Educação quando os dirigentes municipais não a priorizam, a ponto de não cumprirem o dispositivo constitucional de ter na Educação 25% do seu orçamento? Podemos até pensar que a formação de cidadãos não é a prioridade e, sim, um discurso fácil de quem quer passar para a população que está atacando a principal causa.

Indagamos se teremos outra década perdida, gerações sacrificadas. A resposta já percebemos no presente e o futuro falará.

Minhas senhoras, meus senhores. Ao colocar tantas questões que são cenários indesejados, com respeito à vida nacional, não significa pessimismo ou coisa semelhante, pois, ao mesmo tempo, podemos ter esperança, quando vemos os órgãos de controle externo como o TCU dando um exemplo de independência, de competência e de coragem no enfrentamento das grandes questões.

Aqui, neste Tribunal, sempre conseguimos cumprir nossa competência. E mais: inovar, ousar e avançar nas questões de nosso enfrentamento. Temos um Conselho e um Corpo Funcional que orgulha este Estado e é referência para todo o Brasil. O nosso decano Carlos Porto já disse: "Temos que fazer mais com menos recursos, temos que ir buscar resultados que deixem cambaleada essa epidemia de corrupção". Para tanto, Vossa Excelência precisará do compromisso de cada um desta Casa. Compromisso não com Vossa Excelência, mas, sim, compromisso com a cidadania, com a sociedade e com esta Casa. Aqui não é casa de omissão. Lembro Desmond Tutu que dizia: "Se você é neutro em uma situação de injustiça, você escolhe o lado do opressor".

Conselheiro Carlos Porto. O nosso Tribunal vem se apresentando à sociedade como um órgão de resultados. Há uma transparência, tanto dos nossos erros, como dos acertos. Entretanto, precisamos fazer mais. Tivemos a oportunidade de, no nosso encontro mensal de planejamento, ouvir o jornalista e repórter Caco Barcelos. Ele, com propriedade, conceituava como se pode fazer uma reportagem declaratória, ou investigativa. Remetendo tal definição para o campo das auditorias, vemos que temos que nos aprofundar, cada vez mais, na auditoria que investiga, busca a verdade material e

contextualiza os achados de irregularidades, para que este Tribunal seja, cada vez mais, conhecido e reconhecido como um instrumento de cidadania e um órgão parceiro da sociedade e dos governos estadual e municipais, na fiscalização dos recursos públicos.

Os pernambucanos têm em seu espírito a luta pelas causas libertárias. Foi assim desde 1645, com a Insurreição Pernambucana, a Guerra dos Mascates e a Revolução Pernambucana de 1817. Somos um povo que tem passado, que vive com consciência o presente e trabalha construindo o futuro.

O Papa recomendou, na Igreja, aos seus sacerdotes: "Falem pouco e, assim, agradarão a todos". Antevejo, com esta citação, que devo encerrar minha saudação, mas não sem antes de agradecer a Vossa Excelência os ensinamentos que recebi ao chegar nesta Casa, para ocupar a cadeira do honrado Conselheiro Rui Lins de Albuquerque. Reafirmo que Vossa Excelência não estará sozinho para o enfrentamento dos desafios. Dizem que o poder é solitário. Porém o seu será compartilhado por um Conselho solidário e amigo e um corpo de servidores que estarão, tenho certeza, engajados nesta nova etapa do nosso Tribunal.

Finalizo com uma frase do meu Pastor Dom Helder Câmara: "Aprendemos, de verdade, que de reforma

precisamos todos os dias, pois a fraqueza humana exige um eterno recomeçar".

Avante companheiro.

Obrigada.